



Índice

- 01** Para a Justiça, movimentos do campo são, na maioria das vezes, réus
- 02** Discriminação contra indígenas em Santarém provoca ação do MPF
- 03** Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas
- 04** MG: Incra recebe posse de mais uma fazenda do Brejo dos Crioulos
- 05** Indígenas acampam em São Gabriel (AM) em condições precárias, em busca de benefícios sociais
- 06** Seminário Internacional "Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental" – 5 a 9 de maio, na UFMA
- 07** A Verdade Sem Medo
- 08** Em busca do bolsa família indígenas deixam comunidades e acampam em São Gabriel da Cachoeira em condições precárias
- 09** Começa o expurgo do Maranhão
- 10** Prazo para legalização de terrenos ribeirinhos termina em junho
- 11** iMira! apresenta trabalhos de artistas indígenas de cinco países
- 12** Indígenas ocupam Parque Nacional do Descobrimento em Prado, na BA
- 13** INFORME 18 - Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá



- 14** Projeto Ribeirinho Cidadão inicia com atendimentos em Barão de Melgaço
- 15** Senadores pedem ajuda para Rondônia e Acre enfrentarem enchentes
- 16** Anibal Diniz manifesta preocupação com enchente do Rio Madeira
- 17** Chuvas colocam municípios em situação de emergência
- 18** Quilombo em Porto Alegre avança na titulação do território
- 19** Aldeias do Parque Nacional do Xingu podem ser contempladas com veículos e recuperação de estradas.
- 20** Insatisfação de comunidades indígenas com a Funai será oficializada em Brasília
- 21** Presidente da Assembleia Legislativa discute demarcação de terras indígenas em Sananduva
- 22** UES desiste de convocar eleição e defensora tenta intermediar acordo com o prefeito
- 23** No primeiro dia de saída dos ocupantes de terras indígenas, Incra se reuniu com famílias
- 24** Escola indígena de Dourados conquista premiação nacional da Embrapa
- 25** Programa Vale Universidade Indígena recebe inscrições a partir de hoje
- 26** Sede da Funai é invadida e três indígenas são envenenados
- 27** Índios Assurini deixam prédio da Celpa em Tucuruí, no Pará
- 28** MS 156 que liga Dourados a Itaporã é bloqueada por índios
- 29** AC – Elder Andrade fala sobre as possíveis consequências das enchentes do Madeira



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

na Amazônia

- 30** Advocacia-Geral garante reintegração de posse de 2,6 mil hectares em favor de comunidade quilombola do RN
- 31** Carta do I Encontro de Juventude Indígena do Ceará



Para a Justiça, movimentos do campo são, na maioria das vezes, réus
SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 24.02.2014



Fotos: Isaac Amorim, Agência Ministério da Justiça

Os conflitos fundiários ainda carregam números alarmantes no Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, 370 foram assassinadas entre 2003 e 2012 em decorrência de conflitos fundiários rurais. Para propor soluções alternativas de mediação desses embates, a Terra de Direitos lançou dia 19, no I Seminário “Diálogos sobre Justiça”, no Ministério da Justiça, em Brasília, o estudo Casos Emblemáticos e Experiências Modelo de Mediação em Conflitos Fundiários Rurais: Análise e Proposições Normativas para uma Cultura Institucional de Soluções Alternativas de Conflitos. As temáticas do encontro abordaram a Atuação da Justiça nos conflitos fundiários urbanos e as soluções alternativas para conflitos fundiários agrários e tradicionais. A apresentação do estudo foi feita pelo coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo (foto).

O encontro contou com a presença de Flávio Crocce Caetano, Secretário de Reforma do Judiciário; Gilberto Carvalho, Ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República; Maria Augusta Assirati, presidenta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Ela Wiecko Volkmer De Castilho, Subprocuradora-Geral da República; Rodrigo Rigamonte Fonseca, Coordenador da Comissão de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O estudo faz uma análise sobre os papéis políticos e sociais exercidos por instituições e agentes envolvidos com conflitos fundiários em três estados brasileiros: Paraná, Pará e Pernambuco. Foram elencados alguns casos emblemáticos de conflitos fundiários nas três regiões e, a partir disso, foi possível comparar os grupos sociais e institucionais que integram o processo jurídico e político na solução desses embates. A comparação propiciou um panorama (um quadro de envolvidos) indispensável para a compreensão da complexidade econômica, social, cultura, política e institucional dos conflitos.

CONT.



A atuação de quatro órgãos do Executivo e do Judiciário foi analisada por meio de entrevista com os agentes que estão à frente deles e também de observação dos documentos que fundamentam a atuação e a existência de cada entidade. Os órgãos são: Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Vara Agrária de Marabá, do Tribunal de Justiça do Pará; Assessoria Especial para Assuntos Fundiários, do Governo do Estado do Paraná; e a Promotoria Agrária, do Ministério Público de Pernambuco.

Para o coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo (foto), ainda que a publicação signifique um primeiro passo para mostrar os órgãos analisados como ferramentas de mediação dos conflitos agrários, esses mecanismos são a exceção, e não a regra do Judiciário brasileiro. "Os movimentos sociais historicamente se voltaram ao Executivo e ao Legislativo, justamente porque o Judiciário tem uma postura mais fechada. É necessária uma abertura do Judiciário para levar em conta os direitos humanos, e não só o que os juízes aprendem no meio acadêmico ou em escolas de magistratura", aponta.

Um aspecto que ilustra a necessidade de mudança do Judiciário é o lugar que os movimentos sociais ocupam nos julgamentos: na maioria das vezes, eles são os réus, e não os proponentes. "Geralmente, os movimentos sociais são levados à Justiça pelas forças contrárias aos grupos de agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas. Nesses casos, a Justiça acaba defendendo o patrimonialismo em detrimento dos direitos desses povos", assinala.

A mediação dos conflitos fundiários, para Frigo, depende de uma mudança de postura e de cultura do Judiciário. "Audiências públicas, inspeções judiciais, diálogo com os agentes responsáveis pelas políticas públicas, tudo isso representa formas de mediação de conflito. A presença do CNJ no Seminário já abre um caminho para que o próprio poder judiciário comece a refletir sobre os pontos elencados na pesquisa", ressalta Frigo.

No mesmo Seminário, também foi lançado o estudo Atuação da Justiça sobre Conflitos Fundiários Urbanos, realizado pelo Instituto Polis





Discriminação contra indígenas em Santarém provoca ação do MPF

SÍTIO G1, 24.02.2014

Em Santarém, União, Estado e município devem promover ações educativas. Denúncias mostram que atos discriminatórios são frequentes.

O Ministério Público Federal (MPF) pede, através de uma ação civil pública, que a União, o Estado e o município de Santarém, oeste do Pará, sejam obrigados a promover com urgência medidas educativas que visem combater o racismo contra indígenas no município. A ação, que pode ser acompanhada no site do MPF, surgiu a partir de denúncias registradas pelo órgão que mostram que atos discriminatórios contra os índios têm sido frequentes em Santarém, principalmente em ambientes escolares ou em meio a disputas pelo direito à terra.

A ação pede decisão urgente para determinar que sejam desenvolvidos, entre outras atividades, programas educativos no sistema educacional e nos meios de comunicação de massa contra o combater o racismo, além da distribuição de cartilhas a estudantes e à população para combater a discriminação étnica.

Para garantir que essas medidas sejam executadas, o MPF pediu à Justiça o sequestro da verba orçamentária destinada à publicidade de atos institucionais dos governos. Segundo a ação, esses recursos devem ser aplicados especialmente no desenvolvimento de campanhas educacionais nos meios de comunicação de massa, como rádios e televisões.

A União, Estado e município de Santarém devem, através da ação, apresentar a cada 30 dias um relatório detalhado sobre as providências tomadas. Caso a Justiça acate os pedidos do MPF e a decisão não seja cumprida, a ação pede a aplicação de multa diária de R\$ 1 mil contra o ministro da Educação, o governador do Estado, o secretário estadual de Educação, o prefeito de Santarém e a secretaria municipal de Educação.

Intolerância contra indígenas

Como exemplos da crescente intolerância contra indígenas no município, o MPF citou na ação casos de denúncias de atos discriminatórios em escolas, de atos praticados por servidores públicos e até o incêndio de uma moradia indígena este ano. "Existe perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, em razão dos recentes episódios de intolerância étnica que ocorreram na região", alerta ação.

A ação foi encaminhada à Justiça Federal em Santarém na quinta-feira (20). Se a Justiça negar o pedido emergencial, o MPF ressalta que a ação pede sentença que obrigue a abordagem, no currículo escolar da rede pública municipal, estadual e particular, assim como nas universidades, da história dos povos indígenas da região e suas contribuições na construção da formação política, religiosa e social do Brasil, do Estado e do município.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2014



O Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas possui como público-alvo professores da educação básica da rede pública de todas as áreas do conhecimento e tem como objetivo central contribuir para o cumprimento da Lei 11.645 – que garante o ensino de história e cultura indígena nas escolas brasileiras – por intermédio da formação docente.

O Curso terá início em abril de 2014 e será realizado a partir de parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI-MEC).

O Curso, que abordará variadas questões e temas relacionados com as culturas e histórias indígenas, será desenvolvido na modalidade semi-presencial, com carga horária total de 180h, distribuídos por seis módulos, conforme cronograma abaixo. Os encontros presenciais, com carga horária de 8h cada, acontecerão mensalmente, aos sábados, na Faculdade de Educação da UFMG. A cada módulo, serão realizadas dez aulas à distância, quando serão disponibilizados textos e material audiovisual aos participantes. Também serão desenvolvidos exercícios e fóruns de discussão online, mediados por tutores à distância.

O Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas pretende atender 250 professores da educação básica que atuem na rede pública da região metropolitana de Belo Horizonte. A equipe docente do curso contará com professores da UFMG, professores e pesquisadores externos à UFMG, incluindo-se pesquisadores e professores indígenas.

Forma de participação: Os professores serão selecionados por intermédio de uma carta de intenções, com tamanho máximo de uma lauda, que deverá ser enviada para o e-mail cupiufmg@gmail.com, com as seguintes informações:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

a) Os motivos de ordem profissional e intelectual que o motivaram a candidatar-se, e qual a sua perspectiva com relação ao curso;

b) Nome completo do candidato, acompanhado de e-mail e telefone;

c) Nome e endereço da escola em que atua.

Os professores selecionados serão comunicados por e-mail.

Período para envio da carta de intenções: 17 de fevereiro a 14 de março de 2014.

Cronograma

Módulo 1: Terra e Território

Conceito de território para os povos indígenas. Modo de produção, distribuição e consumo de bens e subsistência. Dimensão simbólica e sociocosmológica do território/espço.

Data do encontro presencial: 12 de abril de 2014.

Módulo 2: Direitos Indígenas

As mudanças instauradas após 1988. Os artigos constitucionais 231 e 232. A regulamentação dos direitos indígenas: impasses e desafios. O processo de demarcação de Terras Indígenas. Consulta Prévia: a Convenção 169 da OIT.

Data do encontro presencial: 17 de maio de 2014.

Módulo 3: Arte Indígena

O que é arte indígena? Objetos artísticos: o que representam. Produção e consumo da arte indígena pelo mundo dos brancos.

Data do encontro presencial: 9 de agosto de 2014.

Módulo 4: Narrativas Indígenas

A oralidade e os processos de produção e transmissão de conhecimento indígenas. Saberes indígenas e seus especialistas. A escola no contexto indígena.

Data do encontro presencial: 30 de agosto de 2014.

Módulo 5: Medicina Tradicional

Terapeutas indígenas: formação e atuação de especialistas. Xamanismo e cura. A relação com a saúde ocidental.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Data do encontro presencial: 20 de setembro de 2014.

Módulo 6: Iniciativas Indígenas

Autoria Indígena, Web Indígena. Organizações Indígenas. Projetos econômicos. Índios e as Eleições.

Data do encontro presencial: 25 de outubro de 2014.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Pablo Matos Camargo.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

MG: Incra recebe posse de mais uma fazenda do Brejo dos Crioulos
SÍTIO INCRA 24.02.2014

O Incra em Minas Gerais (Incra/MG) recebeu, na última semana, a posse de mais uma fazenda que compõe o território da comunidade quilombola Brejo dos Crioulos, localizada entre os municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, no Norte do estado.

brejo-crioulos-24-02-2014O domínio sobre a fazenda Bonanza, de 1,4 mil hectares, avaliada em R\$2 milhões, é mais uma conquista da autarquia para a regularização dos 17 mil hectares onde vivem cerca de 400 famílias descendentes de escravos.

Outras três fazendas já haviam sido concedidas pela Justiça ao Incra/MG, nas 12 ações de desapropriação por interesse social ajuizadas pela Procuradoria Federal Especializada. Outras duas ações vão ser ajuizadas após a conclusão de procedimentos administrativos.

Ao término das ações e concessão definitiva das áreas ao Incra, mediante o pagamento das indenizações aos proprietários, a comunidade Brejo dos Crioulos será titulada coletivamente em caráter inalienável.

Em Minas Gerais, há 185 processos abertos para regularizar estas comunidades. Consulte aqui as etapas da regularização dos territórios quilombolas.

Assessoria de Comunicação Incra/MG
Telefone: (31) 3284-7446

comunicacao@bhe.incra.gov.br



Indígenas acampam em São Gabriel (AM) em condições precárias, em busca de benefícios sociais

SÍTIO ISA, 24.02.2014

Os períodos de férias escolares em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, têm sido marcados nos últimos anos pela crescente presença de famílias das etnias Hupd'äh e Yuhupdëh. Elas vêm dos rios Tiquié e Papuri, de seus afluentes e do igarapé Japu em busca do acesso aos benefícios sociais (aposentadoria, bolsa família e auxílio-maternidade). Os que já acessaram os benefícios vêm sacar dinheiro e comprar mercadorias. A abertura de uma agência do INSS este ano e os mutirões de documentação realizados em área, em 2013, foram estímulos adicionais à descida dos Hupd'äh e dos Yuhupdëh. Entre janeiro e fevereiro de 2014, estima-se que cerca de 400 pessoas destas etnias ocuparam acampamentos nas imediações do porto Queiroz Galvão, localmente denominado de "beiradão", em condições insalubres e com alta incidência de malária.

Boa parte das populações Hupd'äh e Yuhupdëh não domina a língua portuguesa nem os modos de interação das instituições locais responsáveis pela emissão de documentos e pelo acesso aos benefícios. Estas, tampouco procuram adaptar-se para incorporar as demandas destas populações. A fome, a doença e as não raras mortes de crianças desnutridas são parte deste cenário, incluindo-se nele situações de violência, endividamento junto aos comerciantes locais, que permanecem em posse de seus cartões e o roubo de suas embarcações e motores, o que muitas vezes inviabiliza a volta para as comunidades.

Na tentativa de amenizar a situação de caos, a equipe do DSEI (Distrito de Saúde Especial Indígena), com acompanhamento direto da assistente social Ana Paula Lima, realizou o atendimento à saúde, abrangendo vários acampamentos. A diretora presidente da Foirn, Almerinda Ramos, e o antropólogo Bruno Marques fizeram um levantamento de todos os acampamentos, da quantidade de famílias, dos motivos da descida para a cidade e dos problemas enfrentados até então, estabelecendo um quadro das demandas dos Hupd'äh na cidade. Este levantamento serviu de base para pensar um planejamento interinstitucional de assistência a eles na cidade, proposto por Domingos Barreto, Coordenador Regional da Funai, integrando o DSEI, a Foirn e a Prefeitura (CRAS).

Foi entregue ao prefeito da cidade, Renê Coimbra, a solicitação de construção de uma casa de apoio específica para a etnia Hupd'äh na sede do município. O documento, elaborado pelos professores Hupd'äh Severiano Salustiano e Tereza Saúva, reproduz o discurso comum desse povo, a respeito da cidade: "O interesse dos Hupd'äh na cidade não é permanecer aqui, mas apenas resolver problemas de documentação, cartões bancários e de programas de assistência social, receber dinheiro, comprar alguns pertences encontrados apenas aqui, e voltar rapidamente às nossas comunidades. Os professores e os agentes indígenas comunitários de saúde por vezes vêm à cidade também para resolver questões relativas aos seus trabalhos. A cidade não é para os Hupd'äh, pois aqui tudo funciona com dinheiro, mas precisamos comprar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

algumas coisas que só existem aqui, por isso precisamos de uma estrutura que nos possibilite passar apenas o tempo necessário na cidade, não prolongando a estadia e o sofrimento”.

Para os antropólogos Bruno Marques e Danilo Ramos a descida dos Hupd'äh e dos Yuhupdëh para a cidade deve ser entendida como um processo político por meio do qual, ao seu modo, eles ocupam as instituições e colocam as suas demandas, requisitando visibilidade.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Seminário Internacional "Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental" – 5 a 9 de maio, na UFMA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2014



O Maior Trem do Mundo,
de Carlos Drummond de Andrade

O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão

O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.

O Programa Carajás tem provocado, desde sua criação, inúmeros impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, transformando a realidade em vários municípios no Pará e no Maranhão e mobilizando milhares de pessoas na resistência e contestação à lógica do "desenvolvimento" propagandeada por um modelo desenvolvimentista baseado nos chamados grandes projetos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Após 30 anos de mineração, siderurgia e projetos de “desenvolvimento regional”, implementados a partir do Programa Grande Carajás, faz-se necessária e urgente uma avaliação crítica dos processos desencadeados por esse grande investimento.

Nesse sentido, procurando dar continuidade e reavaliar os resultados obtidos no “Seminário Consulta Carajás”, que foi realizado por movimentos sociais e pesquisadores universitários na região entre 1992 e 1995, uma ampla rede de movimentos sociais e comunitários, sindicatos e pastorais nos estados do Pará e Maranhão, bem como grupos de estudos e pesquisas de universidades desses dois estados, em colaboração com várias entidades de outras regiões do país e do mundo, articularam-se para organizar o Seminário Internacional “Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”.

O Seminário Internacional “Carajás 30 anos” é um processo amplo, que contará com seminários preparatórios em Imperatriz (já realizado, no período de 16 a 18 de outubro de 2013), Marabá (14 a 16 de março de 2014), Santa Inês (21 e 22 de março de 2014) e Belém (10 a 12 de abril de 2014). As etapas preparatórias culminarão com a realização do Seminário Final em São Luís, a ser realizado na Universidade Federal do Maranhão, no período de 05 a 09 de maio de 2014. O evento contará com a participação de professores, pesquisadores, estudantes do ensino básico, superior e de pós-graduação, militantes sociais, lideranças comunitárias, assessores e especialistas na questão dos movimentos socioambientais da Amazônia, do Brasil e de outros países da América Latina e da África.

Detalhes sobre Inscrições, Programação etc AQUI (<http://www.seminariocarajas30anos.org/>).



A Verdade Sem Medo

SÍTIO BOLG DO ERGON HECK, 24.02.2014

A memória e a verdade mais do que resultados, produtos, relatórios, são processos coletivos e individuais, de lutas por direitos históricos, por reparação e justiça. Com essa percepção e dentro de um momento conjuntural propícia a iniciativas nesta perspectiva, que foi criada, em agosto de 2013 a Comissão Indígena da Verdade e Justiça.

E tempo favorável à emergência de verdades ocultadas por décadas e séculos. É a insurgente memória perigosa, que aflora e busca seu espaço nos processos de mudanças e transformações sociais, na construção de novas sociedades.

A Comissão Nacional da Verdade, criada por pressão da sociedade civil, em 2012, ensejou a criação de inúmeras comissões país afora, à semelhança do que ocorreu em outros países da América do Sul, como Argentina e Chile. Foi nesse bojo que se constituiu a Comissão Indígena da Verdade e Justiça, criada pelo movimento indígena e aliados. São ferramentas para dar vazão a urgente necessidade de passar a história colonialista a limpo e dar a voz e a vez às vítimas, aos oprimidos, em especial os que sempre foram preteridos e relegados a segundo plano e discriminados, como no caso dos povos indígenas.

A Comissão Indígena da Verdade e Justiça esteve reunida em Brasília para avaliar o andamento dos trabalhos e traçar rumos e definir estratégias. Participaram lideranças indígenas, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Coiab, Apoime, Atyguasu, Arpinsul e entidades aliadas, dentre as quais o Cimi, Armazém da Memória, Universidade Federal da Grande Dourados dentre outros.

Num rápido relance da caminhada foram levantados principais desafios e perspectivas. Todos manifestaram seu desejo de contribuir para que esse instrumento de luta pelos direitos indígenas se consolide e desperte a consciência nacional quanto às violências e genocídio a que foram submetidas as populações indígenas, especialmente pela ditadura militar. Mais do que um bom relatório a Comissão Indígena alimenta a esperança de que se dê visibilidade a fatos marcantes que causaram a morte de aproximadamente 10 mil indígenas durante os 20 anos de ditadura militar. Em consequência de chacinas, transferências forçadas, epidemias, pacificações apressadas, torturas, assassinatos, milhares de indígenas, centenas de aldeias foram destruídas.

Um dos objetivos da Comissão Indígena da Verdade e Justiça é dar visibilidade a esses fatos, através de depoimentos e revelação de documentação histórica. Dessa forma também esperam contribuir com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, previsto para ser concluído até o final deste ano. Porém o mais importante é que a revelação desse processo de negação de direitos, violências e genocídio não se repita e perpetue em nosso país.

Otoniel Kaiowá observou que é importante trazer os velhos pra falar porque eles conhecem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

toda história. Diz que devemos demonstrar que não existem fronteiras e essas pesquisas vão ajudar a fortalecer a dimensão territorial. Foi dado muita ênfase aos cuidados indispensáveis para a realização dos relatos e depoimentos nas aldeias, sendo isso fundamentalmente uma atividade dos próprios acadêmicos e professores indígenas. Com isso se estará respeitando o espaço, o tempo e a cultura de cada povo, a situação concreta de cada comunidade e a compreensão de cada depoente. Já existem atividades em curso, dentro desses princípios, conforme relatou o professor Neimar, da UFGD. Dia 21 foi realizado um passo importante com audiência-depoimentos de representantes de 5 aldeias/tekohá, em Dourados.

Outra dimensão importante do trabalho é que se chegue a fazer reparação coletiva aos povos indígenas, dentro das perspectivas que está trabalhando o Ministério Público Federal. Uma das ações que está sendo movida é pelo MPF do Amazonas, com relação aos Tenharim.

Foram elencados quase duas dezenas de povos que tiveram inúmeras mortes diretamente cometidas por agentes do Estado brasileiro ou em decorrências de suas políticas desenvolvimentistas, para que esses fatos sejam levantados em depoimentos e documentos para serem revelados à opinião pública.

Também foi visto e discutida uma proposta de publicação em mais de uma dezena de tomos, relatando extensamente todo esse processo de violência e mortandade sofridas pelos povos indígenas em nosso país.

Com muita determinação e realismo, sem ilusões quanto as dificuldades a serem enfrentadas, os membros da Comissão Indígena da Verdade e Justiça estará se empenhando cada vez mais para que mais pessoas, aliados e voluntários da causa se empenhem na luta pela verdade, sem medo e justiça sem subterfúgios.

Egon Heck
Cimi-secretariado
Brasília, 22 de fevereiro de 2014



Em busca do bolsa família indígenas deixam comunidades e acampam em São Gabriel da Cachoeira em condições precárias

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.02.2014

Tem se tornado frequente em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, a presença de famílias indígenas das etnias Hupd'äh e Yuhupdëh. Elas vêm dos rios Tiquié e Papuri, de seus afluentes e do igarapé Japu em busca do acesso a benefícios sociais proporcionados pelo Estado brasileiro como aposentadoria, bolsa família e auxílio-maternidade. Os índios que já acessaram os benefícios vêm sacar dinheiro e comprar mercadorias como calções Adidas, sandálias havaianas e biscoitos recheados.

A abertura de uma agência do INSS este ano e os mutirões de documentação realizados no município no ano passado, foram estímulos adicionais à migração e à mudança nos hábitos dos Hupd'äh e dos Yuhupdëh. Só no início de 2014, cerca de 400 indígenas destas duas etnias ocuparam acampamentos nas imediações do porto Queiroz Galvão, conhecido como "beiradão", em condições insalubres e com alta incidência de malária.

Boa parte dos Hupd'äh e Yuhupdëh não domina a língua portuguesa nem os modos de interação das instituições locais responsáveis pela emissão de documentos e pelo acesso aos benefícios. A fome, a doença e as não raras mortes de crianças desnutridas são parte deste cenário, incluindo-se nele situações de violência, endividamento junto aos comerciantes locais, que permanecem em posse de seus cartões e o roubo de suas embarcações e motores, o que muitas vezes inviabiliza a volta para as comunidades.

Enquanto isso, a Funai, que já demarcou a Terra Indígena Alto Rio Negro nos anos 90, não está lá prestando assistência. Está tentando demarcar mais áreas indígenas Brasil a fora.

Veja este pequeno vídeo com o então Ministro da Justiça, Renan Calheiros, entregando o mapa da Terra Indígena Alto Rio Negro aos dirigentes da Foirn. O que é Forin? Bem, isso é uma outra longa história.

http://www.youtube.com/watch?v=3GKuRMiTRgU&feature=player_embedded



Começa o expurgo do Maranhão
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.02.2014

Eis que o núcleo indigenista do Governo Dilma Rousseff (Gilberto Carvalho, Paulo Maldos e Nilton Tubino) iniciou o processo de limpeza étnica de uma área demarcada pela Funai no Maranhão. Os primeiros agricultores foram expulsos durante o final de semana. As primeiras imagens são dramáticas. O processo de expulsão é chamado pela justiça e por órgãos ligados aos índios, como desintrusão, retirada de intrusos, e é executado pela Força Nacional de Segurança.

Os produtores rurais foram estimulados pelo governo federal para ocuparem as terras em São João do Caru ainda na década de 70 por meio do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat). Seguiram picadas abertas pela Petrobrás em busca de petróleo nos anos 50. A maioria é de pequenos agricultores pobres e possui escrituras ou documentos de posse.

Passados 40 anos vivendo em um dos rincões mais miseráveis do Maranhão eles estão expulsos não se sabe para onde.

O Incra promete o que jamais vai entregar: novas terras. Processo semelhante aconteceu na área da antiga Fazenda Suiá-Missú em dezembro de 2012, no Mato Grosso. A área foi demarcada pela Funai e mais de seis mil pessoas foram expulsas para dar lugar a um punhado de índios Xavante.

Os órgãos de comunicação ligados ao clã Sarney, base de apoio ao Governo, se unem aos arregimentados pelo Incra para promoverem o silêncio e taxarem os produtores de plantadores de maconha ou extratores ilegais de madeira legitimando o expurgo.

Veja as primeiras imagens da expulsão destes brasileiros:



CONT.



Veja aqui quem são os brasileiros considerados intrusos pela Funai:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=BO6mZWxSaEM



Prazo para legalização de terrenos ribeirinhos termina em junho

SÍTIO DIÁRIO AS BEIRAS, 24.02.2014

O prazo para a legalização de terrenos ribeirinhos na posse de privados desde agosto de 1864 – ano da organização administrativa do domínio público marítimo e ribeirinho – foi prolongado em seis meses, terminando em junho próximo.

Em causa estão centenas de parcelas, ao longo do Rio Mondego. Só no concelho da Figueira da Foz, existe cerca de uma centena de lotes nestas circunstâncias.

Em declarações ao DIÁRIO AS BEIRAS, José Carvalho, da associação Aquamondego, que está a tratar do processo dos titulares que a ela recorrem, estima que cerca de 80 por cento dos terrenos se encontrem nesta situação.

Para muitos proprietários, afiança, “provar que os terrenos lhes pertencem é uma missão quase impossível”. Para outros, continua, não é possível fazer a prova.

iMira! apresenta trabalhos de artistas indígenas de cinco países

SÍTIO PORTAL R3, 24.02.2014



Obra do peruano Santiago Yahuarcani López revela a dor da escravidão indígena em seu país.
(Foto: Fábio Pozzebom/Agência Brasil)

Um mergulho no pensamento das tribos indígenas da América do Sul, um festival de estética, cores e histórias diferentes, contadas por uma simples escultura ou por uma grande pintura rica em detalhes e emoção. Essa é a exposição iMira!, que vai até o dia 9 de março, no Museu dos Correios, em Brasília.

A exposição é composta exclusivamente por obras de artistas indígenas de várias tribos amazônicas. Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador estão representados entre os 54 artistas, autores de 120 peças que compõem a iMira!.

Verdadeiras histórias são contadas em apenas uma tela, como é o caso da obra do peruano Santiago Yahuarcani López. Seu quadro conta como indígenas de várias tribos eram escravizados e dizimados durante a extração de borracha, no início do século 20. O quadro de López, assim como outros, carrega uma história tão profunda que é acompanhado por um texto, traduzindo o que já é possível perceber nas tintas.

publicidade

Outras obras são marcadas pela mistura de temas e estéticas, como no caso do quadro *Protección*, do também peruano Ruysen Flores Venancino. Sua pintura, dominada por tons de
CONT.



azul, mostra um híbrido de onça e homem em um plano divino, rico em detalhes. A obra sempre revela algo novo, a cada olhada do espectador, e por isso merece ser vista várias vezes na mesma visita.

“O objetivo é mostrar um pouco do pensamento deles, de seus conhecimentos. Embora jovens, os artistas têm conhecimento profundo de suas culturas ao mesmo tempo em que estão com o pé no mundo, em contato com a arte contemporânea e expondo em galerias, viajando”, disse Maria Inês de Almeida, curadora da exposição. A iMira! foi idealizada pelo Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dirigido por Maria Inês.

À Agência Brasil, ela explicou que contou com o apoio de embaixadas brasileiras em países sul-americanos, curadores, galerias de arte e universidades. Em seguida, fez contato com esses artistas em seus países, em suas aldeias. Ela revelou ainda que uma exposição como essa, exclusiva de indígenas e com tantas etnias distintas, é inédita na América do Sul.

A diretora do Centro Cultural da UFMG também explicou a importância do resgate histórico de uma mostra como a iMira!, sobretudo para as novas gerações. “Além de contribuir para a valorização das obras dos artistas indígenas no mercado da arte, a gente quer contribuir para que, principalmente os jovens, tenham mais informação não só sobre os povos indígenas da América do Sul, como também sobre os biomas onde vivem. Essa exposição resulta em um material didático privilegiado”.

De Brasília, a exposição segue para São Paulo; Medellín, na Colômbia; e Lima, no Peru. Em 2015, há previsão das obras serem expostas em Madrid, na Espanha. Em Brasília, a iMira! pode ser visitada gratuitamente de terça-feira a domingo. De terça a quinta-feira, entre as 10h e as 19h, e nos fins de semana das 12h às 18h.



Indígenas ocupam Parque Nacional do Descobrimento em Prado, na BA
SÍTIO G1, 24.02.2014

*Grupo acampa em base usada como posto de combate a incêndio.
Eles pedem celeridade do governo para a demarcação de terra indígena.*

Cerca de 30 indígenas ocupam uma base avançada no Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado, extremo sul da Bahia. Eles estão desde sábado (22) no local com intuito de pressionar o governo federal sobre o processo de demarcação da terra indígena dentro da área. O grupo é formado por índios da tribo pataxó.

"A gente vive em condições subhumanas, sem políticas públicas, demarcação de território. Fica muito difícil porque não conseguimos desenvolver a educação para crianças, a agricultura. Nós estamos acuados e tendo gerações prejudicadas. Nós, indígenas, queremos perpetuar a nossa espécie e precisamos do apoio da sociedade", afirma Mãdy Pataxó, natural do Rio Cahy.

Segundo Aristides Neto, chefe do Parque, eles estão acampados na sede do posto de combate a incêndio que atende a 16 unidades de conservação e que será a nova sede. "Já reportamos desde sábado a situação a Brasília. Recebi um documento da presidência da Funai [Fundação Nacional do Índio] falando que o ambiente está favorável [à negociação], porém que a resposta não sairá hoje [segunda-feira]. Quando entraram aqui, tinham uns 15 [índios]; agora tem umas 30", explica.

O Parque Nacional tem 22.694 hectares e é considerado o maior fragmento de mata atlântica no nordeste, sendo que grande parte da fauna está ameaçada de extinção. Segundo o gestor, os índios reivindicam o posicionamento da União para reconhecimento das terras indígenas.

A coordenação regional da Funai informa, através da assessoria de imprensa, que trabalha em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a saída pacífica dos indígenas do local. "O diálogo avança para a pronta desocupação", retrata, em nota.



INFORME 18 - Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá
SÍTIO FUNAI, 24.02.2014

Completa amanhã, dia 24 de fevereiro, os primeiros 40 dias, dado pela Justiça Federal, para os primeiros ocupantes não índios notificados que habitam a Terra Indígena Awá, deixarem a região de forma voluntária.

A Terra Indígena é sobreposta aos municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca.

A partir desta data todos os ocupantes que não deixarem a Terra Indígena receberão a visita de oficiais de justiça que comunicarão o término do prazo da saída voluntária e remoção e desfazimento de construções, cercas, estradas ou quaisquer obras dentro da Terra Indígena.

A operação está sendo planejada para ocorrer de forma pacífica e garantir, de um lado, o direito constitucional do povo Awá Guajá de viver em seu território tradicional e, de outro, a possibilidade de legalização fundiária aos agricultores familiares ocupantes da terra indígena.

Assim, o governo federal assentará as famílias que atendem aos critérios do Plano Nacional de Reforma Agrária, até o momento, o Incra já cadastrou 265 famílias, dessas 224 se enquadram. As famílias serão integradas ao Cadastro Único e por meio dele, poderão acessar programas sociais como Bolsa Família e políticas da reforma agrária.

Desde o dia 22, o governo federal está dando apoio logístico de transporte para os agricultores familiares que solicitaram ajuda para retirar os bens das ocupações.

Danos ambientais

No âmbito da Operação de Desintrusão, o Ibama está realizando o trabalho de medição para identificar a extensão do desmatamento ocorrido na área. Nas propriedades irregulares de maior porte vistas até o momento, a área devastada ultrapassa dois mil hectares. Segundo a análise feita a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com informações do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal - Prodes, entre os anos de 2000 a 2009, a retirada de madeira e as invasões de posseiros devastaram mais de 30% da área, o que corresponde a aproximadamente 36 mil hectares desmatados.



Projeto Ribeirinho Cidadão inicia com atendimentos em Barão de Melgaço

SÍTIO TOQUE DE ALERTA, 25.02.2014

A fila já era grande mesmo antes de o sol nascer no porto de Barão de Melgaço (distante 113km de Cuiabá). Maria das Dores Silva, moradora da Comunidade do Piraí, enfrentou uma vigem de barco de duas horas e meia para participar do Projeto Ribeirinho Cidadão. "Sou diabética e tenho problemas 'nas vistas'. Também quero aproveitar e ver alguns documentos com a Justiça", disse a aposentada, que de imediato teve a pressão aferida, fez exames e se consultou com o oftalmologista.

O lançamento oficial do projeto que oferece serviços como casamento, concessão de aposentadoria, regularização de pensão alimentícia, confecção de documentos (RG e CPF), ações na área médica com consultas oftalmológicas e clínica médica geral, foi realizado ainda no período da manhã de sexta-feira (21 de fevereiro), as ações estão sendo desenvolvidas em Barão de Melgaço.

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Orlando de Almeida Perri, destacou a importância dos magistrados conhecerem a realidade da sociedade. "É muito importante o magistrado sair do gabinete e verificar os anseios da sociedade e este projeto é uma grande chance para isso. A figura do juiz que não se envolve com o povo já não existe mais. Hoje somos muito participativos. Esta ideia é original, nasceu em nosso estado e foi desenvolvida nele", enfatizou durante o seu pronunciamento.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Sebastião de Moraes Filho, reforçou a importância da prática da justiça social. "Temos uma gestão harmônica e voltada ao atendimento do jurisdicionado também do Primeiro Grau. Este é um projeto moderno e todos os parceiros estão engajados no atendimento da população mais carente. É revigorante saber que chegamos a quem muito necessita da Justiça", pontuou o magistrado, que designou dois juízes para participar do projeto.

O defensor público-geral de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes, agradeceu aos parceiros do Ribeirinho Cidadão. "A sociedade reconhece os esforços do Sistema Judicial (Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público), Assembleia Legislativa, Prefeitura de Barão, Secretarias de Estado e voluntários. Levamos cidadania e qualidade de vida a diversas comunidades. A iniciativa está crescendo, vamos aprimorá-la ainda mais", concluiu.

Os idealizadores do projeto iniciado há sete anos, defensor público Air Praeiro e o juiz auxiliar da Corregedoria José Antônio Bezerra Filho, também comentaram as ações. "É um trabalho humano. Queremos levar saúde, Justiça e cidadania ao povo. Este ano esperamos superar o número de cinco mil famílias atendidas. Sinto-me honrado em participar deste trabalho", disse o magistrado.

"É uma ação maravilhosa. Somos muito agradecidos por esta oportunidade em servir. Nossa maior recompensa é quando ouvimos 'Deus lhe pague, muito obrigado' de uma pessoa que há



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

anos queria se casar ou necessitava de óculos para enxergar melhor”, salientou o defensor, que, em conjunto com o magistrado, direciona os trabalhos a serem desenvolvidos por 14 dias em duas etapas: fluvial e terrestre.

O desembargador José Zuquim também esteve presente à cerimônia. Ele atuou muito anos no Juizado Volante Ambiental e falou da importância dos trabalhos de conscientização da população ribeirinha. “Participei do projeto em 1999, quando foi lançado. Na época desenvolvemos ações junto aos ribeirinhos pela preservação da mata ciliar. Devemos sempre aproveitar esta oportunidade”.

O atual juiz titular do Juvam, Rodrigo Curvo, que também participa das ações, salientou que a atuação do Juizado está sendo ampliada. Este ano quase um terço do valor total da expedição foi repassado pelo Juvam. “Em crimes ambientais de menor potencial ofensivo podemos fazer a transação penal, quando o infrator pode dispor de valores. Repassamos cerca de R\$30 mil para a compra de combustível e óculos que serão distribuídos à população. Para o ano que vem devemos vir com uma equipe completa do Juvam e ampliaremos as fiscalizações”.

O juiz da Comarca de Santo Antônio de Leverger, Murilo Mesquita, também responsável por Barão de Melgaço, comemorou a atuação dos parceiros. “É a Justiça chegando até os jurisdicionados. Nossa comarca é enorme e não teríamos condições de atendê-los como o projeto consegue. Por outro lado, as pessoas enfrentam dificuldades em se deslocar até o Fórum de Santo Antônio. É uma grande oportunidade para todos aqui”, exaltou o magistrado.

O Exército e a Marinha também são parceiros. Eles atuam na área médica e também de levantamento de informações estratégicas com dados georreferenciais, aspectos produtivos e sociais da região e planejamento de inteligência.

Fonte: Com assessoria TJ/MT



Senadores pedem ajuda para Rondônia e Acre enfrentarem enchentes

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 24.02.2014

A situação das cidades atingidas pela cheia do Rio Madeira em Rondônia e no Acre voltou a ter destaque nos debates do Senado na sessão desta segunda-feira (24). O nível do rio chegou a 18,5 metros na manhã de hoje. Esse registro supera todas as marcas históricas e agrava a situação das populações atingidas pelas cheias em Rondônia e no Acre há quase um mês.

Desde o início das enchentes, os senadores dos estados atingidos têm utilizado a tribuna para expor as consequências da cheia para as populações ribeirinhas e para a economia. Também reivindicam socorro para as famílias desabrigadas ou desalojadas — mais de 8 mil somente em Porto Velho, distritos e cidades vizinhas — e soluções definitivas para o problema.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) manifestou sua preocupação com a enchente do Madeira. Além de várias famílias estarem desabrigadas, a BR-364 está com o tráfego interrompido em vários trechos por causa da cheia. Por essa razão o abastecimento de alimentos e combustível para as cidades está comprometido.

- Toda essa situação mostra o quanto é delicado promover o desenvolvimento na região amazônica, o quanto é delicado gerenciar estados amazônicos - disse Anibal.

Esclarecimentos

O senador Jorge Viana (PT-AC), que na semana passada pediu a ajuda do governo federal para as vítimas das enchentes no Acre, quer esclarecimentos sobre os estudos realizados para a construção da BR-364. Por causa da enchente, a rodovia, única ligação rodoviária entre o Acre e o resto do Brasil e fundamental para o escoamento da produção das Regiões Norte e Centro Oeste, ficou submersa em vários trechos.

O parlamentar quer que o Ministério dos Transportes faça uma investigação sobre o motivo de a estrada ficar com trechos alagados quando o nível do rio sobe.

— É muito estranho que não se tenha as informações necessárias para estabelecer o leito da BR-364 — disse o senador.

Jorge Viana também vai enviar ao Ministério de Minas e Energia requerimento questionando se as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau são responsáveis pelo transbordamento do Rio Madeira.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu atenção das autoridades. Ele disse que a enchente é mais grave do que as registradas em 1982 e em 1997 e acredita que o motivo não seja apenas o excesso de chuva:

CONT.



— Segundo dados também científicos, o degelo na Cordilheira dos Andes foi maior este ano do que em anos anteriores — observou o senador, acrescentando que a água do degelo corre para os Rios Madre de Dios, Bene e Mamoré e chega até Porto Velho, desaguando pelo Rio Amazonas.

Recursos federais

Ao lamentar a cheia do Rio Madeira e suas conseqüências, Acir Gurgacz, disse que o maior drama virá quando as águas baixarem, por isso pediu ao governo federal a liberação de recursos para que os governos estaduais e municipais possam ajudar as famílias desabrigadas.

— Este ano a cheia foi muito maior e a situação já é de calamidade pública em muitos locais. Os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré estão completamente ilhados, visto que o trânsito de veículos e caminhões foi interrompido na BR-364, que também deixa o Acre em situação difícil, sem ligação rodoviária. Começa a faltar alimentos no supermercado, água potável, gás de cozinha e também combustível — alertou o senador.

Também na semana passada, o senador Ivo Cassol (PP-RO) chamou a atenção para a importância da ajuda do governo para as famílias ribeirinhas afetadas pela enchente do Rio Madeira.

Cassol disse que o governo já está promovendo ações de distribuição de cestas básicas e medicamentos, mas pediu aos prefeitos dos municípios atingidos para que agilizem as ações junto ao governo federal de forma que essas famílias tenham acesso a recursos financeiros para custear pequenas despesas.

Agência Senado



Anibal Diniz manifesta preocupação com enchente do Rio Madeira

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 24.02.2014

O senador Anibal Diniz (PT-AC) informou que a tão sonhada ponte sobre o Rio Madeira enfim vai sair do papel: as obras devem ser iniciadas tão logo passe a enchente que atinge o estado.

Anibal Diniz manifestou a sua preocupação com a enchente do Madeira porque, inclusive, cobriu a BR-364, isolando o estado. Isso gerou preocupação com a possível falta de alimentos no estado. Mas, segundo o senador, a Associação dos Supermercados do Acre já informou que há estoque de produtos não perecíveis para os próximos 15 ou 20 dias.

Quanto aos produtos perecíveis, ele informou que o governo acriano já conta com ajuda da Força Aérea para garantir o transporte de alimentos. Anibal Diniz disse que a indústria pecuária do Acre também está com receio dos prejuízos. Segundo ele, o faturamento do setor pode cair até R\$ 2 milhões por dia por conta da interrupção do tráfego de carretas entre Porto Velho e Rio Branco.

- Toda essa situação mostra o quanto é delicado promover o desenvolvimento na região amazônica, o quanto é delicado gerenciar estados amazônicos - disse o senador.

Anibal Diniz também leu em Plenário artigo da jornalista e escritora Eliana Brum sobre as dificuldades que têm os jovens para lidar com as dores, as limitações e as frustrações da vida exatamente porque foram criados com a crença de que a felicidade é um direito natural e acreditando que merecem tudo o que desejam, sem precisar fazer esforço.

Ele advertiu que os jovens precisam se conscientizar de que não há outro caminho senão o do esforço, em vez de ficar esperando que o mundo lhes dê tudo o que desejam.

- Não é só fazer protesto que torna as coisas mais fáceis; é preciso ralar muito, estudar e ir à luta pra gente conseguir vencer - afirmou Anibal Diniz.



Chuvas colocam municípios em situação de emergência

SÍTIO ALTERNATIVA FM, 25.02.2014

Atoleiros, rodovias interditadas, pontes caídas e enchentes que ameaçam as famílias ribeirinhas

Devido ao alto volume de chuvas registrado em Mato Grosso nas últimas semanas, o caos começa a se instalar em diversas regiões do estado, com atoleiros, rodovias interditadas, pontes caídas e enchentes que ameaçam as famílias ribeirinhas.

Por conta disso vários municípios estão em estado de emergência e outros, estão próximos disso. É o caso do município de Sorriso, onde o sindicato Rural já solicitou a prefeitura que seja decretada estado de emergência em decorrência do caos nas estradas e pontes. A chuva já afeta também a colheita da soja no município. A prefeitura suspendeu o transporte de alunos a zona rural.

Em Terra Nova do Norte, o prefeito Milton Toniazzo, decretou estado de emergência e também já suspendeu o transporte escolar do meio rural. As atividades no campo também estão sendo prejudicadas pela falta de condições de escoamento da produção.

Em Santo Antônio de Leverger o prefeito Valdir Ribeiro decretou estado de alerta e pediu para que a Usina de Manso não abra as comportas, pois se isso for feito a cidade será drasticamente castigada. O município já está com várias comunidades isoladas e alagadas.

O município de Barra do Bugres também está em situação de emergência. De acordo com a Defesa Civil, o rio Paraguai inundou casas e deixou várias famílias desabrigadas. Os municípios de São Félix e Barão de Melgaço estão em estado de Atenção.

Autor: Redação



Quilombo em Porto Alegre avança na titulação do território

SÍTIO INCRA, 25.02.2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, entregou na tarde desta segunda-feira (24), em Porto Alegre, ao presidente da Associação Comunitária Cultural do Areal, Alexandre Ribeiro, cópia da portaria que reconhece e declara como terras da comunidade remanescente de quilombo do Areal/Luiz Guaranha, área de 4.466,23 m² localizada no município. O documento, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de fevereiro, permite avanços no processo de regularização do território – as áreas que o integram são de propriedade da prefeitura e do Governo do Estado do Rio Grande do RS quilomboareal foto Romulo Pereira Serpa MDASul.

"Cumprimento às famílias do Areal, guerreiras e guerreiros, que graças às lutas e resistências de vocês, está ocorrendo hoje este ato", afirmou Pepe Vargas. "Um acontecimento como este, significa o resgate de uma dívida do estado brasileiro com vocês", discorreu o ministro, durante seu discurso.

Com a portaria, o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, poderá anunciar o encaminhamento de projeto de lei para destinar a área à comunidade, formada por 67 famílias.

O ato, realizado na comunidade, foi acompanhado também pela ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos e pelo diretor de Ordenamento Fundiário Substituto do Incra e Coordenador Geral de Regularização Fundiária, Marcelo Trevisan.

Processo

A regularização do território do Areal iniciou em 2005, com abertura de processo no Incra/RS. Desde então, diversos estudos e levantamentos foram produzidos, como o relatório antropológico, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenados pela professora Denise Jardim.

A portaria de reconhecimento é a última atuação direta do Incra/RS no processo desta comunidade. Isto porque as áreas que integram o território pertencem à prefeitura e ao governo do estado – neste caso, o Instituto não procede à desapropriação e desinstituição dos imóveis, etapa processual anterior à emissão do título em nome da comunidade.

A titulação do Areal, que deverá ser realizada diretamente pela prefeitura e pelo governo estadual, consiste em um documento específico, em razão do reconhecimento da área como território quilombola: é um título indiviso e coletivo.

O reconhecimento vai permitir às famílias acesso a políticas públicas como o programa Minha Casa, Minha Vida, entre outras ações voltadas à infraestrutura e qualidade de vida, inclusão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

produtiva, garantia de direitos e cidadania – eixos do Programa Brasil Quilombola.

No RS, três comunidades quilombolas já foram tituladas pelo Incra: Chácara das Rosas, em Canoas; Família Silva, em Porto Alegre; e Casca, em Mostardas – as duas primeiras, assim como o Areal/Luiz Guaranha, são quilombos urbanos.

Assessoria de Comunicação Social do Incra/RS

(51) 3284-3309 / 3311

imprensa@poa.incra.gov.br

www.incra.gov.br



Aldeias do Parque Nacional do Xingu podem ser contempladas com veículos e recuperação de estradas.

SÍTIO AKITAFÁCIL NEWS, 25.02.2014

O atendimento ao pedido permitirá maior segurança no transporte dos indígenas.

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Antonio Azambuja (PP), encaminhou ao coordenador Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Mato Grosso, Benedito Araújo, indicação legislativa apontando a necessidade de destinar um veículo para as Aldeias Indígenas Mirassol e Kamaiurá. Como também solicitou 15 mil litros de óleo diesel para a recuperação das estradas nas Aldeias Indígenas Kamaiura, Yalapiti, Waura, Awety e Aldeia Velha até o pólo do Posto Leonardo. Todas situadas no Parque Nacional do Xingu, no município de Gaúcha do Norte (564 km de Cuiabá).

De acordo com o deputado, a Aldeia Mirassol, está situada a 25 km de Gaúcha do Norte e a Aldeia Kamaiurá está a mais de 160 km do município, tornando o transporte dos indígenas impossível. "Sendo assim, necessitam de um veículo para utilizarem no transporte daqueles que necessitam de atendimento médico e odontológico, sobretudo quando existe emergência", justificou.

Azambuja ainda salientou que com a recuperação das estradas que ligam as Aldeias do Parque Nacional do Xingu, ao pólo do Posto Leonardo, vai facilitar o acesso, como também agilizar o atendimento de profissionais que prestam serviços em prol da saúde, educação, desenvolvimento sustentável e preservação da cultura aos povos indígenas.

O parlamentar afirmou que o atendimento ao pedido permitirá maior segurança no transporte dos indígenas, tranquilidade aos cidadãos que trafegam pelas estradas, bem como contribuirá para que a falta de infraestrutura não seja um entrave ao progresso do município.

As solicitações advieram da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, pelos ofícios nº 002/2014 e 012 e 013/2014 de autoria do vereador Thomaz Adão Moscal, ao deputado Antonio Azambuja.



Insatisfação de comunidades indígenas com a Funai será oficializada em Brasília
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 25.02.2014

Um documento destinado à Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a insatisfação de comunidades indígenas xerentes e dos municípios de Rio Sono, Tocantínia e Lajeado é uma das providências resultantes da audiência pública realizada nesta segunda-feira, dia 24, no Plenário da Assembleia Legislativa. A carta deve expressar a demanda pela resolução de questões burocráticas que emperram obras na região como a pavimentação da TO – 010, cujo traçado passa por terras xerentes, e a finalização de uma ponte sobre o Rio do Sono, na TO-245.

Outra providência anunciada é a promessa do deputado federal Júnior Coimbra (PMDB) de conseguir marcar um encontro entre representantes da Funai, em Brasília, e prefeitos da região interessada.

Sem representantes na reunião da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, presidida pela deputada Luana Ribeiro (PR), a Funai foi alvo de críticas tanto por sua ausência quanto pelas dificuldades que traria ao pleito.

Discursos

Os indígenas que lotaram as galerias da Assembleia demonstraram impaciência. Em especial, com a pavimentação de um trecho de 8 km da TO-010, que liga Tocantínia a Lajeado, e que passa por terras xerentes.

De acordo com representantes dos órgãos ambientais representados, o motivo da controvérsia seria a posição da Funai. Segundo o superintendente do Ibama no Tocantins, Joaquim Moura, o artigo 231 da Constituição Federal diz que a reserva é patrimônio exclusivo dos índios. No entanto, ainda de acordo com ele, o decreto da Presidência da República nº 7.747/2012, que trata da concessão de licenças ambientais para terras indígenas, exige consulta à comunidade impactada, o que não teria ocorrido.

A representante do Governo do Estado, Lúcia Leiko, que é técnica da área de meio ambiente da Agetrans, reforçou a tese ao alegar que o órgão estadual sequer pode enviar técnicos para elaborar um estudo de impacto sem a autorização da fundação, por se tratar de alçada federal.

Para Luana Ribeiro, “a Funai talvez não seja tão culpada, mas furtou-se a participar da audiência e a defender-se”.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Presidente da Assembléia Legislativa discute demarcação de terras indígenas em Sananduva

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 25.02.2014

O presidente da ALRS, deputado Gilmar Sossella(PDT), esteve reunido na tarde desta segunda-feira(24), na Câmara de Vereadores de Sananduva com lideranças do município. Entre os assuntos abordados está o drama por que passam as famílias de agricultores da região devido à demarcação indiscriminada de terras supostamente indígenas por parte da Funai.

O representante da Associação dos Agricultores Atingidos pelas Demarcações, Dênis Golim, apresentou a situação de grande insegurança e pressão emocional que vivem os agricultores. "Estamos ao lado destas famílias de colonos que estão tendo suas vidas e suas propriedades, das quais possuem escrituras de várias décadas, tomadas sem sequer ter o direito de se defenderem judicialmente antes da desapropriação. Vamos seguir e intensificar nosso trabalho sobre este tema", disse Sossella.

Participaram do debate, o vice-prefeito, Loevir Benedetti (PTB), o presidente da Câmara, Adelar Zanin (PDT), o secretário de Agricultura, Clédio Vieira, o presidente do PDT municipal, Claudio de Barba, o presidente do Hospital Beneficente São João, Leocir Perin, o vice-presidente do Frigorífico Majestade, Egídio Lovegian, o presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sananduva, Clóvis Ravizoni, e demais autoridades.

Fonte: Rádio Planalto



UES desiste de convocar eleição e defensora tenta intermediar acordo com o prefeito
SÍTIO REGIÃO NEWS, 25.02.2014

Os alunos foram pedir que a Defensoria entre na Justiça para tentar garantir a manutenção da gratuidade do transporte

A União dos Estudantes de Sidrolândia desistiu da proposta de lançar edital de realização no domingo da eleição de uma nova diretoria da entidade. Seria preciso no mínimo 30 dias para as chapas se inscreverem, prazo de impugnação e formação da comissão eleitoral, além do risco de comprometer o repasse da subvenção prometida pela prefeitura para custear o transporte, que ainda depende de um projeto autorizativo a ser votado pela Câmara.

A presidente da UES, Leticia Martinelli, durante a assembleia do domingo passado, diante das críticas e questionamento sobre a destinação dada aos recursos obtidos com a cobrança da taxa de inscrição, manifestou intenção de abrir a oportunidade de escolha de uma nova diretoria.

Desde ontem foi retomado o processo de cadastramento que na sua primeira etapa, concluída em 31 de janeiro, pode ter deixado de fora aproximadamente 200 alunos, entre acadêmicos e cursistas. Só depois de concluída este processo será possível calcular a mensalidade, já que o valor corresponderá ao custo do fretamento dos ônibus (R\$ 15 mil mensais por veículo), descontados os R\$ 77 mil de repasse prometido pela Prefeitura.

Numa estimativa superficial, tomando como referência uma frota de 20 ônibus necessária para atender 900 alunos, esta mensalidade seria R\$ 247,00. Este valor pode baixar porque o prefeito Ari Basso assumiu o compromisso de pagar o transporte de aproximadamente 150 alunos assentados e indígenas.

Ontem à tarde um grupo de estudantes se reuniu com a defensora Thaisa Raquel Medeiros. Os alunos foram pedir que a Defensoria entre na Justiça para tentar garantir a manutenção da gratuidade do transporte. A defensora em princípio se comprometeu a buscar um entendimento com o prefeito no sentido de que pelo menos ele cumpra a dotação de R\$ 1,5 milhão para o transporte universitário prevista no orçamento. Com isto, a subvenção subiria de R\$ 77 mil para aproximadamente R\$ 150 mil, reduzindo o custo para os alunos.



No primeiro dia de saída dos ocupantes de terras indígenas, Incra se reuniu com famílias

SÍTIO O IMPARCIAL, 25.02.2014

Uma reunião ocorreu ontem, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de São João do Caru, para discutir os passos da desocupação das terras indígenas Awá-Guajá e está marcada para hoje um novo encontro com os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Maranhão (Incra-Ma), no povoado da Vitória da Conquista, em Zé Doca.

Segundo a determinação da Justiça Federal, assinada pelo juiz José Carlos Madeira, venceu o prazo para as primeiras famílias notificadas deixarem as terras e 427 ocupantes devem desocupar a área indígena até o mês de março deste ano.

Trezentas pessoas, entre cadastrados e não cadastrados, compareceram a reunião. O superintendente do Incra, José Inácio Rodrigues, falou que há 569 vagas disponíveis para o assentamento nas cidades de Parnarama e Coroatá, como ainda afirmou que até o momento 224 famílias tiveram o cadastro homologado para obter a sua terra. Além disso, elas terão direitos os benefícios federais como Crédito Apoio e Fomento, Pronaf, vias de acesso e assistência técnica e a políticas públicas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos.

Ainda durante o encontro, muitos ocupantes falaram que não queriam ser enviados para localidades longe da área Awá-Guajá, no entanto, Inácio Rodrigues declarou que outras áreas nas cidades de Zé Doca, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Igarapé Grande, Alto do Gurupi e Buriticupu estão sendo analisadas para haver espaço para assentamento. "Estamos fazendo um levantamento das terras para fazer o assentamento, mas, somente, teremos obrigação com as famílias cadastradas e que foram homologadas", detalhou Inácio Rodrigues.

Visita dos deputados

Os deputados federais Weverton Rocha (PDT/MA) e Luis Carlos Heinze (PP/RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tiveram um encontro, na tarde de ontem, com o juiz federal José Carlos Madeira para intermediar em prol dos ocupantes da terra indígena.

Weverton Rocha explicou que ele e o presidente da FPA procurarão também as demais instituições governamentais envolvidas no caso para sensibilizar todos pela causa. "Viemos fazer um apelo a favor destas centenas de famílias que moram há mais de 20 anos na localidade. Não podemos aceitar que a desintrusão seja concluída sem que estes trabalhadores sejam assistidos pelo poder público", disse

Segundo dados repassados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a estimativa inicial era de que o processo de desintrusão custaria em torno de R\$ 7 milhões aos cofres públicos. "Com essa verba gasta nesta operação, seria possível reassentar todos estes agricultores", destacou o deputado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Além dos parlamentares, o assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (Faema), Emerson Galvão, participou da reunião com o juiz. Ainda no domingo, 23, o deputado denunciou que o processo de desintrusão da reserva indígena Awá-Guajá foi iniciado dois dias antes do prazo determinado pela Justiça. A data para o início da desintrusão de cerca de 1.200 famílias que residem no local seria a partir desta segunda-feira (24), mas alguns dos pequenos agricultores já começaram a sair de suas casas no sábado passado.



Escola indígena de Dourados conquista premiação nacional da Embrapa

SÍTIO ITAPORA NEWS, 25.02.2014

O desejo de ensinar de forma interativa e lúdica, por meio da implantação e manejo de uma horta escolar interdisciplinar, aliada a perseverança de uma professora, a força de vontade dos alunos, a criatividade dos diretores e professores, apoio de alguns pais e parceiros externos, fez com que a Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú, fosse a vencedora nacional do prêmio Menção Honrosa da Ação Educativa da Embrapa.

A Escola Tengatú Marangatú, foi campeã da etapa local e nacional, por meio do projeto intitulado "Horta como recurso Didático e interdisciplinar na Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú", que envolveu cerca de 60 alunos. A atividade possibilitou um envolvimento dos alunos, professores e comunidade indígena local numa ação multidisciplinar, pedagógica, agroecológica e sustentável.

"O trabalho desenvolvido, relacionado a linha temática de plantio direto, foi excelente, demonstrando como o conhecimento gerado pela pesquisa agropecuária pode ser aplicado ao cotidiano das comunidades rurais e tradicionais, e pode promover impactos positivos diretos tanto na escola quanto nas famílias, além de valorizar elementos culturais importantes para as comunidades indígenas envolvidas", salientou o Chefe Geral da Embrapa Agropecuária Oeste, Guilherme Lafourcade Asmus.

A Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú será premiada com um Kit Minibiblioteca da Embrapa e 100 kits escolares, alusivos aos 40 anos da Embrapa, contendo mochila ecológica, estojo, caderno, agenda e mouse pad. Além disso, vai ganhar uma viagem para a professora coordenadora do projeto e um(a) aluno(a), para participar da solenidade do 41º aniversário da Embrapa, no dia 24 de abril, em Brasília/DF. A Embrapa Agropecuária Oeste receberá um kit Minibiblioteca que irá agregar valor as pesquisas escolares do ensino fundamental e as visitas do Programa Embrapa Escola.

O projeto executado pela Escola, por meio da coordenadora do Programa Mais Educação da Escola Tengatú, Maria Adriana Torqueti Rodrigues, foi desenvolvido em parceria com Embrapa Agropecuária Oeste, UFGD/Faculdade de Estudos Interculturais Indígenas (Faind), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Faculdade de Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul (Funec) e Semed (Secretaria Municipal de Educação). "Quando fomos convidados pela Embrapa para participar da Ação Educativa, vi uma oportunidade de desenvolver algo inovador e criativo, mas que somente seria possível com parceiros, então fui buscar parceiros externos, e deu certo, o que prova que juntos somos mais fortes", enfatizou Adriana.

Ação Educativa

A Ação Educativa foi desenvolvida em Dourados, por meio da Embrapa Agropecuária Oeste, ao
CONT.



longo de 2013, em comemoração aos 40 anos da Embrapa. A Embrapa Agropecuária Oeste adotou como tema o Plantio Direto. A responsável pelo projeto na Unidade, Christiane Congro Comas, diz que durante o trabalho ficou satisfeita com a dedicação e a qualidade dos projetos desenvolvidos pelas escolas participantes, mas destaca que ficou surpresa com a criatividade e a diversidade de atividades desenvolvidas pela Escola Indígena Tengatui Marangatu.

Desde abril de 2013, a Embrapa Agropecuária Oeste, está trabalhando na coordenação das atividades de planejamento e execução da Ação Educativa 40 + 20. A atividade envolveu diversos setores da Unidade e foi desenvolvida em cinco escolas de Dourados: Erasmo Braga, Imaculada Conceição, Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu, Escola Municipal Aurora e Escola Estadual Vilmar Vieira Marques. Os trabalhos envolveram convite às escolas participantes, planejamento e elaboração dos projetos, visita a Embrapa, divulgação do site Contando Ciência na Web, implantação de hortas escolares, coleta de amostra e análise de qualidade de solo, distribuição de publicação infantil, registros fotográficos, palestras, mini-cursos, elaboração de relatórios e divulgação dos resultados.

Escola campeã

A Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu - Pólo está localizada na Reserva Indígena de Dourados, localizada no perímetro urbano do município. As turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental são compostas por crianças das etnias Kaiowá, Guarani e Terenas.

De Dourados



Programa Vale Universidade Indígena recebe inscrições a partir de hoje

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 25.02.2014

O Programa Vale Universidade Indígena recebe a partir desta terça-feira (25) até o dia 14 de março as inscrições dos candidatos interessados em participar do processo seletivo 2014. O acadêmico deverá realizar sua inscrição por meio do site www.setas.ms.gov.br, onde estão disponíveis a lei, o decreto e a resolução que normatizam o programa. O programa é voltado exclusivamente aos acadêmicos indígenas matriculados em curso de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems).

O governo do Estado de Mato Grosso do Sul operacionaliza o Programa Vale Universidade Indígena com o objetivo de dar oportunidade para o estudante universitário indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), mediante a concessão de benefício social, ter o contato com o meio profissional enquanto realiza o seu curso, facilitando assim o aprendizado e o relacionamento entre a teoria e a prática.

O programa é facilitador para acadêmicos indígenas de baixa renda que, com o benefício social e a realização das atividades, podem desenvolver sua capacidade profissional com mais possibilidade de se dedicarem aos estudos e aprimorarem a sua formação profissional.

PVUI

O benefício social disposto pelo Programa Vale Universidade Indígena é oferecido em forma de auxílio financeiro e os acadêmicos habilitados no PVUI recebem o benefício social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais e auxílio para transporte até o local de execução das atividades, em doze horas semanais e cumpridas em quatro horas diárias, no valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) mensais, em órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou Organizações Não Governamentais (ONG), indicadas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, por meio da Superintendência de Projetos Especiais, que estabelecerá os demais procedimentos necessários.

Sob a égide da lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009 e do decreto 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução Setas nº 130, de 22 de outubro de 2013, que regulamentam o Programa Vale Universidade Indígena, operacionalizam-se as vagas, cujas inscrições para o Processo Seletivo ocorrem uma vez ao ano, e são realizadas exclusivamente no site www.setas.ms.gov.br, bastando clicar no banner do programa.

Para pleitear o benefício, os interessados devem estar matriculados em curso de bacharelado ou licenciatura nos termos da legislação vigente, lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009; decreto nº 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução nº 130, de 22 de outubro de 2013; possuir o Registro Administrativo de Nascimento Indígena - Rani; comprovar renda familiar igual ou inferior a três salários mínimos e residir no Estado de Mato Grosso do Sul há mais de dois anos, além de não possuir outro curso de graduação de nível superior e não ser favorecido

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

por qualquer outro tipo de benefício remunerado ou de auxílio financeiro com a mesma finalidade deste programa. O acadêmico que estiver habilitado no programa deverá ter frequência regular nas aulas de no mínimo 80% e não possuir reprovações.



Sede da Funai é invadida e três indígenas são envenenados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 25.02.2014

A sede da Coordenação Técnica Local (CTL) da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pelo atendimento à terra indígena Guarani Nandeva de Yvy Katu, foi invadida na madrugada de domingo para segunda-feira em Iguatemi (MS), fronteira com o Paraguai.

Dois computadores contendo toda a documentação da entidade e dos indígenas da região foram levados. No último dia 17, três indígenas foram hospitalizados, sob suspeita de envenenamento proposital. Os casos estão sendo apurados pela Polícia Federal.

"Arrombaram a porta, levaram dois computadores. Tentaram levar uma L200, mas não conseguiram tirar, só levaram a chave", relata um servidor da Funai que prefere não ser identificado.

"É muito estranha a situação", conta. "Levaram os computadores que tinham todos os documentos da Funai. Todos os registros de projetos das aldeias, de atendimentos, todos os dados dos indígenas, agendamentos de INSS, todos os dados sobre as famílias, maternidades. Todos os dados sistematizados pela Funai estão lá dentro".

A mesma CTL também atende à comunidade Guarani Kaiowá de Pyelito Kue, que foi atacada a tiros recentemente durante a retomada de uma fazenda, no último dia 12. Servidores da Funai foram ameaçados por produtores rurais.

Suspeita de envenenamento

No último dia 17, três Guarani da terra indígena Yvy Katu, foco do maior conflito na região do último período, foram hospitalizados com diarreia aguda, após terem ingerido aguardente de carotes dados a indígenas por uma pessoa não identificada pelos membros da comunidade. A suspeita dos Guarani é de que a bebida contida dos frascos estaria envenenada.

Para o servidor da Funai, não há dúvidas de que a intoxicação teria sido proposital. "O envenenamento foi um ataque contra a comunidade Yvy Katu", explica. "Aproveitaram a situação [de vulnerabilidade ao uso de álcool] pra largar vários corotes de pinga envenenados, a gente acha que com chumbinho dentro. Três beberam só um pouco e passaram mal quase na hora", diz. "Foram direto pro hospital, ficaram dois dias internados com dor de barriga aguda e vômito".

Os três frascos da aguardente supostamente adulterada foram entregues à Polícia Federal. Outras garrafas que também teriam sido espalhadas por pessoas não identificadas a outros membros da aldeia também serão entregues para a PF.

"Isso alguém mandou fazer, com certeza. Alguém mandou essas pessoas distribuírem pinga com veneno dentro. Só pode ser alguém que tem interesse em fazer isso com os índios", conclui o agente indigenista.

CONT.



Yvy Katu

Há cinco meses, mais de cinco mil Guarani Ñandeva estão acampados nos 7,5 mil hectares da Terra Indígena Yvy Katu que estava com processo de demarcação paralisado desde 2005.

Considerado o maior movimento indígena de retomada territorial dos Guarani Ñandeva que se tem registro, a ocupação levou a uma série de ações de reintegração de posse contra a comunidade - todas derrotadas pelos indígenas, que permanecem até hoje na área, mas vem sofrendo uma série de ataques, intimidações e ameaças.



Índios Assurini deixam prédio da Celpa em Tucuruí, no Pará
SÍTIO G1, 25.02.2014

*Empresa disse que enviará representantes à aldeia no mês de março.
Indígenas ocuparam prédio da Celpa na manhã da última segunda-feira, 25.*

Cerca de 30 índios da etnia Assurini, moradores da aldeia Trocará, no sudeste do Pará, deixaram o prédio da Centrais Elétricas do Pará (Celpa) no município de Tucuruí, no fim da tarde da última segunda-feira (24) após serem recebidos por representantes da concessionária de energia. A Celpa assegurou que no próximo dia 21 de março uma equipe será enviada à aldeia Trocará para conversar com representantes dos indígenas e esclarecer o que está sendo feito para fornecer energia firme ao local.

Os Assurini ocuparam a sede da concessionária no município, armados com arcos e flechas, na manhã da última segunda-feira, em protesto contra a falta de energia na aldeia, o que teria trazido prejuízos à comunidade, com a perda de parte dos alimentos armazenados, incluindo merenda escolar. Segundo o cacique Poraquê, eles teriam várias vezes tentado contato com o setor de manutenção da empresa, sem ter retorno.

Com a ocupação, o prédio da empresa foi fechado e o atendimento ao público, suspenso. Somente quem já estava dentro do prédio pode ser atendido. De acordo com a assessoria da Celpa, o atendimento ao público será normalizado nesta terça-feira (25).

Ainda segundo a concessionária, o fornecimento de energia elétrica na aldeia Trocará já foi normalizado. A interrupção do fornecimento foi detectada quando uma equipe de manutenção da empresa, que passava próximo à aldeia na segunda-feira, percebeu o problema. A Celpa nega que tenha recebido qualquer chamado dos indígenas relatando a falta de energia no local.

Para comunicar sobre interrupções de energia a empresa orienta a população a ligar para a central de atendimento no telefone 0800 091 0196.



MS 156 que liga Dourados a Itaporã é bloqueada por índios

SÍTIO MÍDIA MS, 25.02.2014

Nesta terça-feira (25) indígenas e servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) voltaram a bloquear a MS 156, entre Dourados e Itaporã. Amanhã, um grupo se deslocará a Brasília para reunião com autoridades.

Na semana passada, servidores e lideranças indígenas fecharam a rodovia por dois dias, exigindo melhores condições de trabalhos nos postos de saúde da Reserva Indígena do município.

O grupo pede diálogo com a direção da secretaria em Brasília e a efetivação de um coordenador do DSEI em Campo Grande, que seja indicado pela comunidade indígena.



Boletim de Notícias - Edição nº 36./ 2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

AC – Elder Andrade fala sobre as possíveis consequências das enchentes do Madeira na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=qa4UusK34Cg

Na entrevista, Elder de Paula Andrade, cientista político e pós-doutor em Desenvolvimento Ambiental, analisa os recentes impactos da enchente do Rio Madeira, a partir da construção das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Advocacia-Geral garante reintegração de posse de 2,6 mil hectares em favor de comunidade quilombola do RN

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014



Foto: atn.to.gov.br

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve, na Justiça Federal, a reintegração de posse para a comunidade quilombola Macambira de área com cerca de 2,6 mil hectares no estado do Rio Grande do Norte. A sentença, segundo os procuradores federais que atuaram no caso, acolheu os aspectos constitucionais do direito fundamental da propriedade quilombola e firmou-se no Decreto nº 4887/2003, que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades dos quilombos.

A ação foi ajuizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A autarquia requereu a posse em favor dos quilombolas de área chamada Cabeço do Macambira, que abrange os municípios de Lagoa Nova, Santana do Matos e Bodó. A terra, de acordo com processo administrativo em andamento, subdivide-se nas subáreas de Macambira II e III, Cabeça do Ferreira, Cabeça do Ludogério e Buraco da Lagoa.

O ocupante da terra réu no processo alegou que a ação do Incra não preenchia os requisitos para a reintegração, tais como a posse anterior por parte dos quilombolas, além da prática de ocupação irregular por parte dele. Ele apontou, ainda, que o procedimento administrativo do Instituto voltado à desapropriação não havia sido concluído.

Os procuradores responsáveis pela ação, que atuam na Procuradoria Federal no estado do Rio Grande do Norte (PF/RN) e na Procuradoria Federal Especializada junto à autarquia agrária

CONT.



(PFE/Incra), relataram que o fazendeiro havia obtido ordem de despejo dos quilombolas do imóvel rural com base em demanda possessória ajuizada na Justiça Estadual, decisão que determinou a retirada dos quilombolas da área após 16 anos de ocupação.

Na ação, as procuradorias explicaram que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área, peça principal do processo administrativo nº 54330.000698/2006-54 do Incra visando a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras para esta comunidade quilombola, ainda em curso, constatou que as terras foram ocupadas por remanescentes de quilombos desde meados do século XIX.

Segundo os procuradores, o processo administrativo, baseado em relatório antropológico, contém parecer conclusivo no sentido de que deveria ser regularizado não apenas o atual território ocupado pela comunidade de Macambira, como também as áreas que a comunidade aponta como tendo sido suas e que foram perdidas por venda ou cercamento forçado, totalizando uma área passível de titulação de 2.589,1685 hectares. Este entendimento, sustenta a ação, tem por base o critério de auto-identificação da comunidade negra e da proteção cultural dessa população, reconhecida pelo Brasil, ao ratificar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Assim, os procuradores destacaram que a qualificação da área Cabeço da Macambira como território quilombola tem respaldo em documentos inerentes ao processo administrativo, de modo que a proteção possessória requerida, até a titulação definitiva, seria direito dos remanescentes, uma vez que asseguraria o exercício do direito constitucional do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/88). Além disso, afirmaram que o reconhecimento da Justiça neste sentido protegeria o patrimônio cultural brasileiro, atendendo à determinação do artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição da República de 1988, salvaguardando as condições de sobrevivência a centenas de famílias de descendentes de escravos que têm na área a única fonte de trabalho e de renda.

Acolhendo os argumentos das procuradorias da AGU, a 9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte reconheceu a legitimidade do Incra em defender os quilombolas, com base no artigo 15 do Decreto n.º 4887/2003, e também afastou a alegação de coisa julgada em relação à sentença proferida na Justiça Estadual.

No mérito, a sentença declarou que “verifica-se que é incontroversa a qualidade quilombola da Comunidade Macambira”. A constatação, segundo a decisão, é o certificado da Fundação Cultural Palmares de que a comunidade de Macambira é remanescente das comunidades dos quilombos. “A mencionada certidão atende ao requisito do art. 2º, § 1º, do Decreto nº 4887/2003, o qual preceitua que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”. No caso, a reintegração de posse é assistida pelo Incra.

A PF/RN e a PFE/Incra são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Carta do I Encontro de Juventude Indígena do Ceará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014



Pela garantia dos direitos dos povos indígenas.

07 a 09 de fevereiro de 2014. Pacatuba - Ceará.

Nós, Jovens Indígenas do Ceará, dos povos: Potiguara, Gavião, Tabajara, Tremembé, Kanindé, Tupinambá, Tapeba, Anacé, Jenipapo-Kanindé e Pitaguary; reunidos no I Encontro de Juventude Indígena do Ceará, que aconteceu nos dias 07 a 09 de Fevereiro de 2014 no Povo Pitaguary, aldeia Monguba- Pacatuba -CE, discutindo o tema Pela garantia dos direitos Indígenas resolvemos que:

- A Terra é nossa mãe e defenderemos com toda a nossa força e se preciso for com a nossa vida.
- Que não aceitaremos de braços cruzados a ofensiva sobre os nossos direitos, como a mudança dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Repudiamos:

- As artimanhas do Congresso Nacional e da AGU, quando propõe a mudança na Constituição com a proposta de uma emenda constitucional, projeto de lei complementar e portarias. A Juventude Indígena debateu a necessidade de fortalecer, mobilizar e articular as organizações e povos Indígenas do Ceará, já que temos uma realidade no Brasil e no Ceará desfavorável para os nossos povos. O modelo de desenvolvimento que está posto no Brasil e no Ceará se

CONT.



resume no extermínio das populações indígenas atacando às vidas, as culturas, as línguas e os modos de produção tradicional e diversos outros fatores importantes para o bem viver de nossos povos indígenas.

Reivindicamos:

- Realizar projetos junto aos órgãos governamentais que promovam palestras/oficinas de conscientização sobre o uso de drogas, alcoolismo e prostituição;
- Fazer com que a FUNAI junto às lideranças exerça o acompanhamento e a fiscalização das instituições governamentais que solicitam a liberação de autorizações para empresas privadas, dentro ou próximo às terras Indígena;
- Solicitar ao Governo Municipal, Estadual e Federal projetos voltados para a educação e trabalho;
- Acesso da juventude indígena a universidade e ampliação dos convênios já existentes;
- Valorizar o esporte, como alternativa de melhorar a vida dos jovens indígenas nas suas comunidades nativas;
- Respeito e preservar a espiritualidade, cultura e história dos povos indígenas;
- Realizar oficinas e projetos culturais nos povos indígenas como exemplo: Artesanato, audiovisual e etc.
- Garantir que a equipe de saúde possa respeitar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, para uma troca de saberes (medicina convencional e tradicional);
- Valorizar as farmácias vivas, dentro das escolas e das comunidades;
- Melhorar o atendimento nos postos (convencionais) de saúde para com os povos Indígenas;
- Reestruturar os centros de atendimentos, e instrumentalizar com novos recursos hospitalares para os postos de saúde da comunidade;
- Promover espaços que discutam mais a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres nas aldeias e nas escolas.

Acreditando na força do nosso Pai Tupã e dos Encantados exigimos do Estado Brasileiro que se respeite os direitos e os Povos Indígenas do Brasil e reconheça a contribuição dos mais de 350 povos indígenas na construção da identidade desse País.

Monguba – Pacatuba, 09 de fevereiro de 2014.